

ANEXO I

(conforme o artigo 57.º, n.º 1, alínea a), do Código dos Contratos Públicos)

1 - Manuel Francisco Travassos Fortes, titular do Cartão de Cidadão n.º 08910842, residente na Rua Gomes Leal, n.º 15, 4.º esquerdo - Laranjeiro 2810-227 Almada, na qualidade de representante legal da empresa **ENGIMIND - Consultores de Engenharia e Planeamento, Lda, Sociedade Limitada**, Pessoa Coletiva n.º 507 783 727, sediada na Av. Defensores de Chaves, n.º52, 3º Piso, 1000-120 Lisboa, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ***Ajuste Direto - Aquisição de Serviços de Elaboração do Projeto de Requalificação dos Arruamentos Envolventes ao Largo 25 de Abril*** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Anexo I - Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos;
- b) Anexo III - atributos da proposta;
- c) Anexo VI - Declaração de inexistência de impedimentos;
- d) Anexo V - Declaração com a identificação do representante;
- e) Certidão Permanente de Registo Comercial.

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do art.º 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de

contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente lhe que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 09 de março de 2026

Pela ENGIMIND - Consultores de Engenharia e Planeamento, Lda.
